

Nesta Edição:

- CDEIC debate desindustrialização na indústria de vestuário;
- Pagamento de serviços ambientais é debatido em Seminário;

CDEIC debate desindustrialização na indústria de vestuário

A Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio (CDEIC) da Câmara realizou audiência pública para debater o processo de desindustrialização na indústria brasileira de vestuário.

Na ocasião, estiveram presentes: Fernando Pimentel, diretor superintendente da Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção (ABIT) e representante da CNI; Lucy Borges de Moura, da Associação Brasileira de Vestuário (ABRAVEST); José Ricardo Leite, Diretor da Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Indústrias do Setor Têxtil, Vestuário, Couro e Calçados (Conaccovest) e representante da Força Sindical; Carlos Dittrich, Secretário Executivo da União Geral dos Trabalhadores (UGT); Francisca Trajano dos Santos, membro da Direção Nacional da CUT; João Nadir Pires, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias do Calçado e Vestuário de Parobé/RS e representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI); e Marcos Prates, do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC).

De modo geral, os participantes salientaram as dificuldades enfrentadas pela indústria de vestuário por conta da estagnação da competitividade da economia brasileira, a exemplo da elevada carga tributária, infraestrutura precária, burocracia lenta e ineficiente, taxa de câmbio excessivamente valorizada, etc. Fernando Pimentel da ABIT, e Lucy de Moura, da ABRAVEST, enfatizaram a necessidade de reformas estruturais, como a tributária e a trabalhista, a celebração de acordos comerciais internacionais, investimento em educação técnica e capacitação, entre outras iniciativas, para evitar a desindustrialização do setor. Além disso, Pimentel, bem como Francisca Trajano, dirigente da CUT, pediram respostas certas do poder público.

De acordo com José Ricardo Leite, da Conaccovest, o alto custo da produção nacional coloca os produtos nacionais em condição desvantajosa de competitividade, comprometendo o nível de expansão e a geração de empregos no setor.

Carlos Augusto, da UGT, argumentou que os custos de adaptação da indústria têxtil não podem recair sobre os trabalhadores. Melhor seria, em sua visão, que as empresas incorporassem os ganhos de produtividade nos salários ao invés de precarizarem as relações trabalhistas e optarem por empregar mão de obra barata. O sindicalista João Nadir Pires também assinalou preocupação com a qualidade do emprego e do salário e classificou a informalidade do setor de vestuário como inimiga dos trabalhadores e dos empresários.

O consenso ao longo do debate foi de que a desindustrialização na indústria de vestuário é um problema nacional que necessita de uma construção política ampla e integrada. Nas palavras de Fernando Pimentel: “não adianta crescer salários acima da produtividade, se não vamos morrer todos abraçados: não vai ter nem empresa, nem emprego e nem sindicato. Estamos juntos”.

Pagamento de serviços ambientais é debatido em Seminário

A Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Câmara realizou nesta quinta feira, dia 24 de abril, Seminário para debater as diferentes experiências de pagamento de serviços ambientais desenvolvidas pelos estados. O evento teve como objetivo difundir as experiências em curso e contribuir para o debate a cerca do PL 792/2007, que recentemente teve parecer apresentado na Comissão de Finanças e Controle – CFT, pelo dep. Arnaldo Jardim (PPS/SP).

Foram apresentadas experiências dos Estados do Amazonas, Acre, Minas Gerais, Espírito Santo, São Paulo e Paraná. Os programas apresentam diferentes arranjos para a viabilização dos pagamentos dentre os quais se destacam: i) o estabelecimento de parcerias com empresas privadas para pagamentos às comunidades residentes em Unidades de Conservação (Amazonas); ii) vinculação do pagamento à gestão da propriedade, ou posse, e o estabelecimento de parâmetros de verificação (Acre); iii) pagamento de bolsa a proprietários, ou posseiros, voltados para a manutenção de fragmentos e restauração de áreas degradadas (Minas Gerais); e iv) pagamentos para unidades familiares e para associações.

Também foram identificados aspectos comuns que devem ser aprimorados como: i) mecanismos mais eficientes de monitoramento; ii) maior investimento em treinamento e capacitação; iii) garantir a sustentabilidade do fluxo de pagamentos; e iv) fortalecimento da participação da iniciativa privada nos programas.

Por fim, foi realizado um painel para a apresentação de sugestões ao substitutivo do dep. Arnaldo Jardim (PPS/SP), ao PL 792/2004, dentre as quais destacam-se: i) fortalecer o estabelecimento de programas privados com a garantia de acesso aos benefícios fiscais previstos no projeto; ii) melhorar as previsões associadas ao controle e monitoramento dos contratos; iii) fortalecer o cadastro de contratos de PSA como instrumento de gestão; iv) estreitar o vínculo dos pagamentos à quantidade e à qualidade dos serviços contratados; e v) melhorar a distinção entre o que são elementos de uma Política Nacional de PSA dos instrumentos de implantação do Programa de PSA.

NOVIDADES LEGISLATIVAS | Publicação Semanal da Confederação Nacional da Indústria - Unidade de Assuntos Legislativos - CNI/COAL | Gerente Executivo: Marcos Borges de Castro | Coordenação Técnica: Pedro Aloysio Kloeckner | Informações técnicas e obtenção de cópias dos documentos mencionados: (61) 3317.9332 Fax: (61) 3317.9330 paloycio@cni.org.br | Assinaturas: Serviço de Atendimento ao Cliente (61) 3317.9989/9993 Fax: (61) 3317.9994 sac@cni.org.br | Setor Bancário Norte Quadra 1 Bloco C Edifício Roberto Simonsen CEP 70040-903 Brasília, DF (61) 3317.9001 Fax: (61) 3317.9994 www.cni.org.br | Autorizada a reprodução desde que citada a fonte.